



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 2021/11	DATA: 30/11/2011
INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 15h47min	DURAÇÃO: 00h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h36min	PÁGINAS: 13	QUARTOS: 8

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apresentação do parecer do Relator do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, e as emendas apresentadas à proposição.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020 e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 25ª reunião, realizada em 23 de novembro.

Pergunto se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sra. Presidente, solicitamos a dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Não havendo discordância ao pedido do Deputado Eduardo Barbosa, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo que queira discuti-la, em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

A pauta de hoje prevê a apresentação do parecer do Relator do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, e as emendas apresentadas à proposição.

Passo a palavra ao Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Primeiro, cumprimento as Sras. e os Srs. Deputados, convidados, assessores e funcionários da Casa.

Infelizmente, não vou poder fazer a leitura do relatório neste momento. Acho que V.Exas. têm acompanhado a discussão. O Plano Nacional de Educação pretende ser a linha mestre das principais mudanças estruturais tanto de continuidade do que já vem acontecendo no sistema educacional brasileiro quanto dos avanços que todos nós pretendemos consolidar através dessa lei. São 20 metas que procuram incorporar no sistema educacional brasileiro, só no ensino regular, perto de 11 milhões de crianças em idade escolar em todo o território nacional, sem falar na educação de jovens e adultos, da ampliação do ensino superior.

Esse plano prevê gastos, investimentos de Nação para os próximos 10 anos. Esse índice traz preocupações a todos: nós, que somos militantes e estamos envolvidos com as diretrizes educacionais do País — e nos invadem preocupações



de toda ordem; e também aqueles que têm preocupação financeira em relação à condução econômica do País.

O Brasil passa por um processo de desenvolvimento, de crescimento econômico. Todos nós sabemos disso. Mas há uma situação preocupante no cenário mundial.

Esse debate com a área da Fazenda, com a área econômica, para que possamos criar um espaço de consenso em relação ao número de investimentos para os próximos 10 anos do PIB, tem acontecido nos últimos dias. Há 3 semanas estamos conversando com os integrantes da área da Fazenda. E hoje haverá uma reunião na qual estarão presentes vários Ministros de Estado: Fernando Haddad, Guido Mantega, Ideli Salvatti, Gleisi Hoffmann, enfim, o núcleo envolvido com as finanças do Governo, com a sua condução política, e também o responsável pela área da educação do País.

Não temos tempo, e o Governo sabe disso. O relatório já está pronto há algum tempo. Queremos apresentá-lo à Comissão entre hoje e amanhã, porque temos prazos regimentais a cumprir. Senão, haverá muita dificuldade para que esse relatório seja apreciado ainda este ano. Tenho conversado com os Srs. Deputados nesses últimos dias a respeito do conjunto do texto. Não conversei com nenhum Deputado a respeito da parte econômica, financeira do plano.

Sobre o conjunto do texto, quero trazer a boa notícia de que, pelas conversas que tivemos até agora, há uma confluência do conjunto de visões dos Deputados a respeito das estratégias, dos conceitos e das metas que estão contidas no Plano Nacional de Educação. Então, se prevalecer esse entendimento prévio que tivemos nesses últimos 10 dias com Deputados de diferentes partidos, com visões diferentes a respeito do papel do Estado e da educação na sociedade, na votação do plano, tenho a impressão de que deveremos ter quase uma unanimidade — poderemos ter um e outro destaque, uma votação dessa ou daquela meta, desse ou daquele ponto a respeito de um artigo ou de uma estratégia. No conjunto, poderemos afirmar que o plano conseguiu obedecer a uma lógica e teve um princípio, uma coerência, que deu continuidade ao projeto do Governo. Além disso, trouxe e vai trazer muitos avanços para o conjunto do sistema educacional do País e vai dialogar com as aspirações



dos Deputados, da Câmara dos Deputados, das entidades que apresentaram sugestões e do Governo, que apresentou o projeto original.

Peço a compreensão às Sras. e aos Srs. Deputados, pois ainda hoje, até o final da tarde, vou comunicar à Presidente em exercício, Deputada Teresa Surita, e à Secretaria da Câmara, tão logo termine esta reunião, o horário da nossa reunião de amanhã, para protocolar o projeto e fazer a leitura do projeto que passa a tramitar. As outras modificações porventura necessárias ao projeto vamos deixar para apresentar no período de emendas, que deve se encerrar até o dia 14 deste mês de dezembro.

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Eu gostaria de dizer, antes de passar a palavra à Deputada Fátima Bezerra, que sou testemunha de todo o empenho do Deputado Angelo Vanhoni nesta relatoria e do compromisso dele em apresentar o melhor relatório possível para o avanço da educação para os próximos 10 anos no País.

Entendo o argumento de que seja apresentada a leitura do relatório para amanhã. Estaremos ainda dentro do prazo para votação, e com a possível negociação que ainda pode acontecer, sem dúvida nenhuma, é o melhor caminho para que seja conduzido.

Passo então a palavra à Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sra. Presidenta, quero inicialmente cumprimentar os nossos colegas e membros da Comissão Educação, bem como o movimento social presente, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a UNE, a UBES, a UNDIME, enfim, todas as entidades que têm contribuído e desempenhado um papel muito importante na luta pela elaboração, pela definição e agora pela aprovação do Plano Nacional de Educação. E quero dizer que, tanto quanto eles, estamos todos ansiosos e desejosos de aprovar esse relatório o quanto antes.

Segundo, mais uma vez, quero dizer que na minha avaliação o relatório do Deputado Vanhoni está muito bom. A exemplo de outros Parlamentares, tive a oportunidade de lê-lo e relê-lo. Disse agora à imprensa que o relatório do Deputado Vanhoni avança em várias direções. E como o relatório dele avançou, Deputado



Eduardo Barbosa, consequentemente terá que avançar também o financiamento. A Presidenta está sendo coerente quando propõe uma meta de 7% do PIB, até porque ela assumiu esse compromisso em praça pública, consta inclusive em seu programa governo, só que o PNE não vai até 2014, o PNE tem uma vigência de 10 anos e por isso estamos defendendo além dos 7%.

Segundo, o MEC manda para cá uma proposta de 7%, feita à luz das metas que está apresentando no projeto original, tendo em conta a Fazenda e outras áreas. Na ótica do MEC e da Fazenda, sete por cento são recursos suficientes para a realização das metas que estão no projeto original. Acontece que o projeto que nós vamos apreciar aqui amanhã, Deputada Dorinha, não é mais o projeto original, em que pese o Deputado Vanhoni preservá-lo, até porque o projeto original tem muita coisa boa, inclusive no seu arcabouço, na estrutura do ponto de vista da concepção e da educação. Isso aí o Deputado Vanhoni está preservando.

O relatório se apoia na universalização e ampliação do atendimento escolar, na melhoria da qualidade da educação e valorização salarial e profissional, e tudo isso vinculado a um financiamento. Essa estrutura muito boa que está no projeto original o Deputado preservou, mas não é mais o projeto original. Isso porque, fruto do debate feito em todo o País e com a participação de todos os Parlamentares com assento nesta Comissão, o relatório avançou, nós sabemos disso, e na educação profissional está avançando, bem como no ensino superior e na educação em tempo integral. Ou seja, se o projeto original fala em tantas vagas, no que diz respeito à meta da expansão, no projeto que o Vanhoni vai apresentar amanhã também se fala em mais vagas.

Por exemplo, a Meta 17 trata da valorização dos profissionais da educação, e não tenho nenhuma dúvida de que, com a sensibilidade do Deputado Vanhoni, S.Exa. vai acatar a proposta apresentada por todos nós, a que eu liderei, até porque cuidava do tema da valorização dos profissionais no âmbito do relatório do PNE. É a proposta que trata de assegurar aos profissionais de educação básica deste País equiparação do valor médio do salário dos professores da educação básica ao valor médio dos profissionais das demais categorias de nível superior. Ou seja: formação equivalente, salário equivalente. Não tenho nenhuma dúvida de que o Deputado Vanhoni vai acatar essa proposição, que é diferente do projeto original.



O senhores vão ver amanhã a riqueza do que o Deputado Vanhoni vai apresentar: a meta que trata da educação em tempo integral. Ora, o que o Brasil mais sonha é avançar no que diz respeito à qualidade do ensino. Não basta colocar os meninos e as meninas na escola, é preciso avançar no que diz respeito à qualidade. E nesse aspecto, infelizmente, o Brasil apresenta índices muito ruins.

Sabemos que existem várias ferramentas que contribuem decisivamente para a qualidade do ensino, e uma delas é aumentar o tempo de permanência da educação. Portanto, defender educação em tempo integral para os mais jovens País afora é uma meta muito nobre e de caráter estratégico. E ele vai mostrar o quanto está avançando nisso.

Outra ferramenta para buscar a melhoria da qualidade é a valorização dos professores e dos profissionais de educação básica. Não podemos perder essa oportunidade histórica, o Congresso Nacional, nós da Comissão Especial, nós da Comissão de Educação, de assegurar, através da Meta 17, um patamar digno para os profissionais da educação em todo o País.

E quero concluir, Deputada Surita, dizendo da nossa expectativa de iniciarmos o processo de apreciação do PNE amanhã — iniciar, porque, na verdade, apenas vai ser lido; há todo um ritual a ser obedecido pela nossa Casa para podermos votar. Essa votação deve acontecer lá pelo dia 15 de dezembro.

Por fim, quero socializar-me com os demais pares, pedindo-lhes apoio para o recurso que estamos apresentando ao Plenário desta Casa. É um recurso contra o parecer terminativo, aprovado na Comissão de Finanças e Tributação na semana passada, que trata do reajuste do piso salarial do magistério. Infelizmente, a Comissão de Finanças aprovou ontem um parecer que contradiz o debate sobre o PNE, a Meta 17, de valorizar. Contradiz inclusive aquilo que a própria Presidenta Dilma vem defendendo: a melhoria salarial do magistério, a valorização salarial e profissional.

Na verdade, está em vigor hoje, de acordo com a lei aprovada nesta Casa, o mecanismo que estabelece que o piso salarial será reajustado anualmente à luz da seguinte equação: o INPC mais a variação do ano anterior do custo aluno/ano do FUNDEB. É isso que os professores esperam e é isso que está na lei aprovada por nós depois de grande entendimento com o Senado Federal. Infelizmente, a



Comissão de Finanças cometeu um equívoco e alterou essa regra. Se essa alteração permanecer, haverá prejuízo para o salário dos profissionais da educação básica em todo o País. Para se ter ideia, sairia de um reajuste de 22% para menos de 6%.

Então, Presidenta, os Parlamentares da Comissão de Educação e Cultura já estão assinando o recurso, e nós queremos dizer aqui aos que não assinaram ainda que assinem. Essa é uma luta suprapartidária, uma luta em defesa da educação, uma luta em defesa do professor, para que possamos nos somar, todo mundo, levar esse recurso para o plenário e, portanto, desfazer o que a Comissão de Finanças fez. Aí sim, no ano que vem, estaremos abertos — inclusive a própria CNTE — para fazer um debate acerca desse mecanismo.

Por fim, Deputado Angelo Vanhoni, quero dizer que amanhã será realmente um dia histórico, porque eu tenho certeza de que a Presidenta toma hoje uma decisão em caráter irrevogável. A reunião é amanhã, não é, Presidenta? *(Pausa.)*

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Amanhã, sem atraso, sem erro.

Quero agradecer à Deputada Fátima Bezerra a explanação e o compromisso com a educação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Amanhã pela manhã.

Passo a palavra ao Deputado Gilmar Machado. *(Pausa.)*

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos.

Sra. Presidente, não aguento mais pôr roupa especial para a votação do relatório. Nós estamos muito ansiosos realmente. Eu já tinha dito ao Presidente que o relatório, na minha opinião, avançou muito. Em vários casos, não houve mudança de conteúdo, mas organização do texto para ficar mais claro e aprimorado. Então, acho que houve avanços significativos.

Eu quero só reforçar algo do ponto de vista do País. Eu já fui gestora de um Estado pobre, que fez um esforço enorme para pagar um salário melhor aos



professores. O salário no Tocantins é um dos melhores do País. Acho que isso mostra o esforço realizado no Estado.

Aonde quero chegar? Na verdade, estamos tratando do segundo PNE, que, na minha opinião, é o primeiro de forma concreta. O outro PNE tinha várias metas e diretrizes, mas não havia dinheiro. Eu não gostaria que esse entrasse para a história como o segundo PNE da mesma forma, com metas e diretrizes extremamente avançadas, mas sem dinheiro, sem recurso.

Pelos resultados de educação que temos no País, pelo caminho já traçado, pelo que já conseguimos avançar, é preciso fazer um esforço que vá além do normal. O normal, na minha opinião, é 7%, uma promessa de campanha. Precisamos, sim, chegar aos 10%. Eu sei da situação delicada, mas nós estamos falando de 10 anos. Pela nossa dívida histórica, pelas defasagens que temos, quantos mil Municípios não conseguem pagar o piso?

Qual é a situação das nossas escolas? Escolas sem estrutura, crianças transportadas em caminhonetes abertas, e isso acontece no País inteiro. Eu acho que temos de fazer um compromisso de país, com o sacrifício de outras áreas, para cuidar da educação. Através da mudança na educação, vamos ter influência em outras áreas. Eu não preciso dizer isso numa Comissão de Educação.

É importante contar com a área econômica. E que a Sra. Presidenta tenha essa sensibilidade, e eu acredito que ela terá. Para fazer o normal, nós não precisaríamos desse esforço que está sendo construído dentro do próprio Plano, com metas extremamente ousadas.

Acho que essa é a luta, com o apoio de todas as entidades. Precisamos caminhar para a definição do percentual do PIB, saber qual a responsabilidade de cada ente federado, para não cair somente nas costas de Estados e Municípios, porque é lá que acontece a pressão. Ninguém bate na porta do Ministério para abrir uma escola, para abrir uma turma nova ou para criar escola em assentamento. Eles vão atrás do Prefeito, do Governador, dos Secretários Estaduais e Municipais. Por isso acho que precisamos tentar organizar essa distribuição.

Pela condução do Relator até agora, pela qualidade do texto, eu tenho certeza de que, se deixarem, conseguiremos fazer a coisa certa.

Muito obrigada.



A SRA PRESIDENTA (Teresa Surita) - Passo a palavra ao Deputado Newton Lima.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Sra. Presidenta.

Cumprimento todos os membros da Comissão do Plano Nacional de Educação e reitero as palavras de todos nós, que aqui estamos num partido único da Educação, com enorme expectativa. Tenho certeza de que amanhã será um dia histórico com a leitura do relatório.

Quero fazer uma ilustração para falar da nossa convicção, Sra. Presidente Teresa Surita e demais membros da Comissão.

Ontem, nós tivemos a oportunidade de ouvir o Prof. Miguel Nicolelis, que organizou um trabalho na periferia de Natal, Rio Grande do Norte, que ficou conhecido no mundo todo. Seu trabalho começa no útero das mães, portanto no pré-natal, para a preservação dos neurônios. Ele é o maior neurocientista brasileiro. Certamente depois da Copa do Mundo de 2014, ele será Prêmio Nobel, porque está desenvolvendo uma roupa que responderá aos impulsos de quem é tetraplégico e paraplégico para que possam se movimentar.

Esse trabalho é tão competente, do ponto de vista de metodologia, que lembra muito o Paulo Freire com as primeiras letras e depois tem toda uma concepção de educação pelo fazer, diferentemente da metodologia com que nós fomos educados e com resultado tal que o índice de evasão do ensino médio dos alunos que ele já atingiu, que estão no programa Santos Dumont, em Macaíba, é de apenas 15%, tendendo a diminuir cada vez mais, quando nós temos a realidade de 50% no como um todo. E os resultados educacionais são extraordinários, inclusive com meninos muito pobres, que nasceram na periferia e são alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Essa experiência, que eu chamo de revolucionária, precisa ser multiplicada no Brasil. Usando a expressão que ele mesmo usa, ela deveria ser clonada no Brasil. Para isso, é preciso recursos, é preciso de tudo aquilo que está no Plano Nacional de Educação, os recursos da Meta 20, as outras 19. Nós precisamos cuidar das nossas crianças desde o pré-natal, de fato, de nossa fábrica de pensar, que são os neurônios, até a pós-graduação, com todas as estratégias estabelecidas no Plano.



Eu quero parabenizar os senhores membros desta Comissão, porque eu li com muito cuidado o trabalho do Deputado Vanhoni, e tenho certeza de que a Meta 17, da valorização, vai dar um impulso, e também a Meta 20. Oxalá sejamos felizes e competentes, você, particularmente, Deputado Angelo Vanhoni, na discussão e apresentação do tema, para que possamos encontrar nesse conjunto de dificuldades econômicas internacionais algo que seja responsável.

É bom lembrar que da última vez, do primeiro Plano Nacional de Educação, o Presidente da República podia vetar meta de vinculação de recursos para educação em relação ao PIB, o que foi feito pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele vetou aquilo que foi aprovado por unanimidade neste Congresso Nacional. Agora, por iniciativa do Presidente Lula, ao modificar a Constituição e dar o mesmo *status* de lei para o Plano Nacional de Educação, mesma hierarquia legal para o Plano Nacional de Educação que tem a Lei de Responsabilidade Fiscal, não só a Presidenta Dilma como quem a suceder não terá mais a faculdade do veto.

Por isso, é muito importante a argumentação e o trabalho desse movimento social extraordinário que está dando suporte aos nossos sonhos, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação — e eu quero saudar as entidades aqui presentes. Tudo isso forma, de fato, um campo de cultura adequado para que o País dê esse salto com uma meta de financiamento que não possa ser revogada, e que nós possamos tê-la concernente com o relatório do Sr. Relator. Essa é a nossa expectativa.

Eu não vou poder estar aqui manhã para a sua leitura, já deveria ter ido para Montevideu para uma discussão sobre educação da Rede Mercocidades e para tomar posse no PARLASUL, na sexta-feira. Não vou ter oportunidade de ouvir a leitura do relatório, mas, certamente, estarei extremamente ativo nas discussões que nos levarão à aprovação, ainda neste ano, na Câmara dos Deputados, no âmbito terminativo da Comissão Especial, presidida pela Deputada Teresa, e de um trabalho tão bem relatado por V.Exa., companheiro e amigo Angelo Vanhoni.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Teresa Surita) - Passo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Obrigado, Sra. Presidente.



Depois de ouvir o Deputado Newton Lima falar com tanta veemência, inclusive de classificar os neurônios como uma fábrica de pensar, o que eu nunca tinha visto, já tinha ouvido falar no computador e em outras coisas, eu fico até inibido de falar. Mas preciso referir-me a um estudo que mostra que 10% do PIB já seria insuficiente para um plano nacional de educação adequadamente financiado. O relatório da Campanha Nacional pelo Direito à Educação mostra que precisaríamos de ter 10.403% do PIB em educação pública.

Eu já falei para o Angelo Vanhoni que gostei muito do seu relatório do jeito que está. Estive ontem em seu gabinete para conversar sobre isso. Mas eu gostaria muito que fosse mudado de 10.45% para 15% porque aí haveria recursos suficientes. Quem sabe o Governo concordasse com os 10%, se nós puséssemos 15%. E se o Governo demorar muito para dar uma opinião, eu sugiro ao Deputado Angelo que passe para 15%, e então discutiremos 15% sobre o PIB para a educação brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Teresa Surita) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, é chover no molhado elogiar o trabalho que fez o Deputado Angelo Vanhoni. Com muito equilíbrio e de forma equânime, S.Exa. ouviu a todos, aos movimentos sociais, sofreu certamente muita pressão, certamente superior àquela que os submarinos são submetidos a 10 mil metros de profundidade, de milhares de atmosferas. O trabalho talvez não seja o ideal, mas é o que representa a média do pensamento da sociedade brasileira, na perspectiva de avançar cada vez mais em relação ao nosso grande desafio, que é a educação de qualidade. Como disse o Deputado Newton anteriormente, é uma situação que nos une a todos, independentemente de partidos políticos. Todos nós temos interesse em trabalhar a favor de melhorar a condição da educação.

Por ocasião da discussão e da votação do Plano, é evidente que cada um de nós vai fazer o seu destaque, exaltar alguns pontos com os quais não ficamos satisfeitos vão ser colocados em discussão e vamos tentar inclusive aperfeiçoar o



projeto, se isso for possível, do companheiro Angelo Vanhoni, que tão brilhantemente fez o seu relatório.

Quero fazer dois comentários em relação ao Nicolelis.

Nicolelis é um cientista brasileiro, talvez um dos maiores na sua área, e está sediado no Estado do Rio Grande do Norte, no Município de Macaíba, situado na Região Metropolitana de Natal. Ele tem feito um trabalho extraordinário não só na área de neurociência, mas também na área de educação. E é na educação que eu o considero essencial, a educação supletiva.

Hoje, de forma praticamente unânime, se fala muito da educação inclusiva, que é extremamente importante, ou seja, as pessoas que têm alguma forma de deficiência serem incluídas no sistema educacional. O Dr. Nicolelis trata da educação supletiva. Ele tem, por demanda aberta, é verdade, um trabalho extremamente importante, no qual ele pega alunos da rede básica, alunos que têm a possibilidade de desenvolverem talentos ou superdotações em áreas específicas do conhecimento como informática, computação, astronomia, línguas estrangeiras. Essa é uma forma extremamente importante de despertar os poderes públicos sobre a necessidade de trabalharmos os nossos professores para que eles sejam qualificados, para identificar, nas salas de aula, a superdotação, cuja incidência é de 3% a 5% em qualquer lugar do mundo. Normalmente, esses jovens não são identificados. Eles têm dois tipo de comportamento, via de regra: ou se evadem da escola, porque assustam o professor, que não consegue lidar com essas crianças de maneira adequada ou eles incendeiam a escola, fazem realmente uma revolução. Então, precisamos nos preocupar com isso.

Desde que cheguei a esta Comissão, tenho a preocupação, e lá se vão 5 anos, de tratar a educação como um tema de Estado, como um tema de País, como um tema da sociedade, e não de um partido político.

O Newton disse aqui que houve o veto do ex-Presidente Fernando Henrique em relação ao último PNE dos 7%. É verdade. Mas também é verdade que já se foram 8 anos e o Governo PT não colocou o veto para ser votado.

É verdade também que nessa Constituição agora nós fizemos uma alteração, e eu fui o Relator da DRU, e sou do PSDB. E como Relator da DRU, foi minha a



iniciativa de dar a blindagem constitucional ao Plano Nacional de Educação para que se impedisse o veto. E é uma questão coletiva.

Acho que todos nós temos que ter a preocupação de, como Parlamentares, defender a educação brasileira. E sabemos que aqui há um acúmulo de conhecimento, de trabalho, de erros e de acertos, e certamente todos nós queremos que no futuro o Brasil dê oportunidade aos seus jovens, as suas crianças, para que sejamos de verdade um país desenvolvido, com qualidade de educação para todos.

Era essa a minha preocupação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidenta, eu não poderia deixar de registrar aqui, Deputado Angelo Vanhoni, a forma democrática como V.Exa. conduziu esse processo. V.Exa. usou de uma sabedoria muito grande. E acho que o relatório ficou muito bom.

Evidente que criei uma expectativa muito grande em relação aos *royalties*. Eu achei que o Executivo, o Governo, iria de fato incentivar a distribuição dos recursos para a educação, ciência e tecnologia. Parece que o Senado já não contempla essa expectativa que foi criada. E sem esses recursos dos *royalties*, fica muito difícil abrimos mão dos 10%, porque esse percentual ainda é insuficiente e eu acreditava que os recursos dos *royalties* poderiam ser aplicados na educação, para resgatar esse enorme déficit.

Sei que não vai ser fácil o Executivo ampliar isso, mas esta Casa tem que trabalhar muito para chegar aos 10%. Essa vai ser a grande discussão, porque não se faz educação sem recurso. Acabou a fase do discurso. Agora, se não resolvermos essa questão dos recursos, esse PNE também vai ser, como foi o anterior, difícil de ser aplicado e de atingir as metas. Precisamos trabalhar os 10%.

Sei que a vontade de V.Exa. é essa. Acho que nesta reunião vai haver muita dificuldade, mas a Comissão ou o próprio Congresso terá de fazer valer essa unanimidade. Quem participou de todas as audiências e viu o movimento social discutindo essa questão sabe que os 10% são praticamente unanimidade. Acho que essa é a grande questão do PNE.



Quero parabenizar o trabalho que V.Exa. fez e a forma como recebeu as sugestões, os Deputados. E vamos torcer para que amanhã tenhamos uma boa notícia dessa reunião de hoje.

Sucesso para V.Exa. na reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Também desejo ao Deputado Vanhoni sucesso e boa sorte na reunião no final do dia.

Pergunto se V.Exa. quer usar da palavra.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não, estou satisfeito.

A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA - Informo que as comunicações das próximas reuniões serão encaminhadas aos Srs. Deputados, às Lideranças e à Consultoria via *e-mail* institucional. Amanhã pela manhã será feita a apresentação do relatório.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.